



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: CELSO GIANNAZI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07/05/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Como membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da audiência pública para tratar da pandemia na EJA, Educação de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida, pelo portal da Câmara Municipal, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditório On-line, Auditório virtual.

As inscrições para os pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 30 de abril de 2021 no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes.

Anuncio a presença do Vereador Eli Corrêa, parlamentar componente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a quem já agradeço a presença.

Foram convidados para esta audiência pública, no dia de hoje, o Mova, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos; o Coletivo Paulo Freire; a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; a REPU, Rede Escola Pública e Universidade; a Defensoria Pública do Estado de São Paulo; o Geduc, Grupo de Atuação Especial de Educação; e o Ministério Público do Estado de São Paulo.

Presente o Dr. Daniel Serra Azul Guimarães, Promotor de Justiça, a quem eu agradeço bastante a presença, mais uma vez aqui, trazendo essa oitiva das pessoas que têm muito a contribuir com a questão da EJA.

Também foi convidada a Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. Gilmar Pereira da Silva, a quem eu também agradeço a presença. Foram convidadas a Secretaria Estadual da Educação e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, representada pela Sra. Maria Eugênia Ruiz, a quem eu agradeço a presença também. Foram convidadas também a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, representada pelo Sr. Luiz Carlos Lopes, a quem eu também agradeço a presença.

Também agradeço a presença de todos os que fizeram as inscrições. Nós temos educandos e educadoras aqui nesta audiência pública. Os senhores estão no chão da escola, conhecem a realidade das nossas escolas e a participação dos senhores é de vital importância, neste

momento, para dialogar conosco, para que possamos, nesse espaço de diálogo e de escuta, vermos o que está acontecendo na Educação de Jovens e Adultos na cidade de São Paulo.

Lembro que a cidade de São Paulo, segundo os dados do Sead, tem em torno de um pouco mais de 350 mil pessoas em situação de analfabetismo, só na cidade de São Paulo, entre pessoas acima dos quinze anos, jovens e adultos acima de quinze anos. Então, é uma quantidade de pessoas muito grande na cidade de São Paulo; e o que nós estamos vendo, na verdade, há um bom tempo, na cidade de São Paulo, é um projeto de fechamento de turmas, um projeto de cerceamento do direito ao acesso à educação desses jovens e adultos, que, por diversos motivos, não tiveram condições, na sua idade propícia, de estudar. Eu digo uma idade propícia, mas quando jovens, não tiveram aquela oportunidade, cada um por uma razão, e quando agora são jovens e adultos, procuram as escolas. Eles querem aprender a ler e escrever, e querem exercer a sua cidadania; e o que nós estamos vendo, há uns bons anos, tanto no Estado de São Paulo quanto na cidade de São Paulo, é uma dificuldade dessas pessoas em acessar, procurar e ter o direito à educação.

Então, a gente precisava garantir que essas pessoas tenham condições de fazer a sua matrícula nas escolas e exercer esse direito do acesso à educação. Nós assistimos a isso, a esse fechamento. Temos acionado, muitas vezes, o Ministério Público, o Geduc para essa questão, para que cobre da Prefeitura de São Paulo e também do Governo do Estado ações efetivas para manutenção de salas com alunos do EJA e para abertura de novas salas, porque há essa demanda reprimida, há essa demanda muito grande, apesar de os Governos dizerem que não há demanda aqui na cidade de São Paulo.

O que nós assistimos é a um voluntarismo. Depois a gente vai até depois ouvir a fala dos educadores aqui e dos educandos, dos professores fazendo uma busca ativa nos seus bairros, na feira e no supermercado, para que os alunos venham até à escola, façam a sua matrícula e saibam que, de verdade, existem as vagas, que estão disponíveis, só que não há uma campanha de publicidade muito intensa, por parte do Governo Municipal, por parte do Governo Estadual, dizendo para essas pessoas para virem até as salas. Então a gente depende muito do voluntarismo.

Nós temos, na Câmara Municipal, o Conselho de Educadores e Educandos da EJA

– Educação de Jovens e Adultos, que, inclusive, nas reuniões e plenárias que fizemos na Casa, tem vindo proposições muito importantes, aliás, até mesmo projetos de lei nesse sentido de podermos obrigar, na verdade, obrigar a Prefeitura a fazer divulgação nos meios de comunicação, seja rádio, na TV, no metrô, no ônibus, informando que existem vagas sim na EJA na cidade de São Paulo. Não podemos fechar a porta para nossos jovens e adultos.

E também há um movimento no Estado de São Paulo como um todo, que afeta a Cidade, claro. É que o Governo do Estado tem forçado a implementação do PEI, programa que tem fechado escolas no período noturno, dificultando ainda mais a vida dos estudantes, jovens e adultos, que querem voltar a estudar.

Então temos todos esses problemas, já oriundos de algum tempo e, com a pandemia, nós vimos os problemas se acentuarem. A EJA ficou abandonada desde o início da pandemia, no ano passado, essa é a palavra ‘abandonada’.

Os alunos da EJA foram relegados a um quarto ou quinto plano, sem nenhum projeto de acolhimento. Não têm *tablet*; os salários deixam a desejar; foi cortado o adicional noturno dos educadores e das educadoras que ministravam as aulas para a EJA, apesar de tentarem fazer esse acesso e manterem as aulas noturnas, mesmo com poucos alunos, na realidade, alguns alunos que conseguem ter o acesso. Com a pandemia, os problemas se acentuaram, escancaram mais os problemas vividos pela EJA.

Por isso, nós solicitamos através da Comissão de Educação a realização desta audiência pública para ouvir os educandos, os educadores e as educadoras, para que possamos, juntos, fazer os encaminhamentos necessários, jogando luz nesse problema que é a falta de acolhimento, e principalmente, o descaso com a EJA na cidade de São Paulo. Esses encaminhamentos são fundamentais para que todos os nossos jovens e adultos sejam, de fato, atendidos, e possam exercer, também de fato, esse direito constitucional ao acesso à Educação. Repito: por isso a realização desta audiência pública.

As pessoas já estão fazendo as inscrições, e, antes de iniciar os trabalhos propriamente, gostaria de pedir uma saudação e passaria, primeiro, para o nosso nobre

Vereador Eli Corrêa. Agradecemos Vossa breve saudação. E daí, como dinâmica, poderíamos ouvir um pouco os educandos, os educadores e, depois, ouvir a Secretaria, o Ministério Público para que igualmente façam suas considerações.

Passo a palavra ao Vereador Eli Corrêa.

O SR. ELI CORRÊA – Sr. Presidente Celso Giannazi, quero cumprimentá-lo, pois não é a primeira, mas já tivemos outras reuniões, como a que abordou a Educação para as pessoas com deficiência; a situação de emergência para o setor cultural; então essa é mais uma audiência convocada por V.Exa. e, por isso, lhe cumprimento, por essa preocupação com que envolve as escolas, a Cultura, a Educação, essa preocupação constante em V.Exa. tem sido de suma importância para que todos nós possamos discutir aquilo que envolve a Cidade, que envolve os jovens, as crianças, os professores e professoras. Quero lhe dar os parabéns por isso.

E eu, ao participar desta audiência, me sinto mais aprendendo, realmente percebo que consigo sentir quais são os problemas enfrentados e, principalmente nessa hora, diante da pandemia.

Obrigado por mais uma audiência, Presidente, da qual faço parte e da qual tenho certeza de que sairei enriquecido com o que acompanharei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Ótimo, muito obrigado Vereador Eli Corrêa.

Também para sua breve saudação gostaria de chamar o Dr. Daniel Serra Azul, claro, depois lhe passo a palavra com mais tempo. Assim, peço sua breve saudação, por favor, Dr. Daniel. (Pausa)

Ah, precisou dar uma saída, mas volta depois. Chamo novamente o Dr. Daniel para sua saudação. Enquanto isso, ah, chegou, por favor. Dr. Daniel para uma breve saudação inicial e, depois, da oitiva dos educadores e educandos, volto a lhe passar a palavra.

O SR. DANIEL SERRA AZUL GUIMARÃES – Está bem. Boa tarde a todas e a todos. Agradeço mais uma vez o convite para participar desse debate necessário. Estou aqui à

disposição, também para escutar as demandas que serão trazidas, eventualmente, fazer alguns esclarecimentos e, então peço licença para saudar todas e todos na pessoa do Vereador Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Dr. Daniel Serra Azul. Quero dizer que o Ministério Público, o Geduc, tem sido uma luz para todos nós da cidade e do Estado de São Paulo por ser uma instituição estável, em funcionamento, democrática e que tem acolhido as demandas, as reclamações dos munícipes da cidade de São Paulo no sentido de garantir o acesso à educação de todas e todos.

Muito obrigado, Dr. Daniel.

O SR. DANIEL SERRA AZUL GUIMARÃES – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Eu gostaria também de abrir a palavra para a saudação inicial à Secretaria Municipal da Educação, Secretário Gilmar Pereira da Silva.
(Pausa) O Secretário Gilmar não está no momento?

(NÃO IDENTIFICADA) – Da Secretaria Municipal da Educação está a Sra. Thais Cristiane Padilha, da equipe do EJA da SME.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Se a Thais estiver na sala e quiser fazer uma saudação, depois da oitiva dos educadores e dos educandos, eu volto a palavra a você.

A SRA. THAIS CRISTIANE PADILHA – Boa tarde a todos os Vereadores e a todos os presentes. Eu sou a Thais, da Coordenadoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Thais.

Falando em nome da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, a Sra. Maria Eugênia Ruiz. Se quiser, faça uma breve saudação, Maria Eugênia.

A SRA. MARIA EUGÊNIA RUIZ – Boa tarde ao Presidente e a todos. Meu nome é Maria Eugênia e eu estou como diretora da Fundação Paulistana, representando a Secretária Aline Cardoso, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo.

Muito obrigado pelo convite e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado pela presença, Maria Eugênia, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo.

Representando a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, o Sr. Luiz Carlos Lopes. Se quiser, faça uma breve saudação, Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS LOPES – Olá, boa tarde. É um prazer estar aqui com vocês. Parabenizo o Vereador Celso, um Vereador muito combativo cujo trabalho nós acompanhamos já há bastante tempo e que sempre abre espaços para as questões da pessoa com deficiência. De fato, nós temos um desafio muito grande em incluir essas pessoas com deficiência acima de 15 anos até acima de 18 anos, porque há um gargalo muito grande na educação desse público por conta justamente da passagem do fundamental para o ensino médio; há uma quebra muito grande da cadeia educacional. Por isso, é um grupo extremamente fragilizado, a qual nós precisamos dar uma atenção especial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Luiz Carlos.

Eu também quero fazer um agradecimento especial à assessoria da Comissão de Educação, que está proporcionando esta audiência pública; aos intérpretes de LIBRAS, o Edson e Elisa Guedes, que estão nos auxiliando nesta audiência pública, e à assessoria do mandato. Muito obrigado.

Para darmos início às falas, porque é importante que ouçamos as pessoas que vivem o dia a dia da escola, foram feitas inscrições pelo *site*. O nome do primeiro inscrito é o Francesco Antonio Capo, participantes do CIEJA de Ermelino Matarazzo. Está presente o Francesco? (Pausa) Eu vou chamar os nomes e quem não estiver presente volta numa segunda rodada.

(NÃO IDENTIFICADA) – Vereador Celso, a Meg Artacho, do Coletivo Paulo Freire está na sala. Se ela quiser, pode fazer uma saudação.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Ah, se está na sala, por favor, Meg.

A SRA. MEG ARTACHO – Oi. Estou aqui presente representando o coletivo, bastante satisfeita pelo convite e muito agradecida sempre ao Vereador Celso pelo seu empenho, seu interesse e seu cuidado com essa questão tão singular que é a educação, mais ainda a educação dos jovens e adultos. Obrigada. Estamos muito felizes com o convite e estamos aqui para participar, ajudar e colaborar sempre que possível.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigada, Meg. Falando sobre o Coletivo Paulo Freire, inclusive destacar o centenário de Paulo Freire. Nós sabemos da atuação e da proatividade desse coletivo em defesa da educação pública, e é muito importante a participação de vocês. Obrigado, Meg.

A SRA. MEG ARTACHO – Nós que agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Seguindo a lista de inscritos, chamo o professor Paulo Cesar Ribeiro de Moraes, participante do Conselho de Defesa da EJA. Paulo Cesar está na sala?

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO DE MORAES – Oi, Celso, estou sim.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Boa tarde, Paulo Cesar, participante do Conselho da EJA, é um dos criadores de um grande movimento, o Musicando, nas escolas municipais, é um grande projeto de música na cidade de São Paulo, que vale a pena todos conhecerem. É muito importante esse projeto que vocês desenvolvem, Paulo. Mas, também, queria dizer do trabalho que vocês desenvolvem em defesa do EJA, na cidade de São Paulo.

Então, tem a palavra o Sr. Paulo.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO DE MORAES – Boa tarde a todos e a todas. Obrigado, Vereador Celso, pelas palavras. Estamos aqui no movimento de defesa do EJA. Espero ter uma boa discussão, um bom debate para que possamos avançar nas necessidades que esta modalidade tanto precisa. Um grande abraço a você, Celso, e muito obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Paulo, neste momento de fala dos inscritos, já não é mais só para saudação. É para trazer a experiência, a vivência que vocês

têm do EJA e, aí, nessa lista, abrimos para que cada um possam falar em torno de três a quatro minutos, a fim de fazermos esses debates.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO DE MORAES – Está bem. Eu sou professor da EJA há 28 anos. Nesse tempo nós estamos tendo muita experiência e lidando com essa modalidade que é tão importante e, na verdade, tão esquecida por nossos governantes.

Todos os anos nós vivenciamos uma dificuldade imensa em atender a demanda, porque para as aberturas de salas são necessários vários atributos, várias condições que, muitas vezes, nós, enquanto educadores, não conseguimos atender porque isso depende de uma divulgação na mídia, uma divulgação no bairro, e isso não acontece. Então, todos os anos nós, professores da EJA, vamos a campo. Vamos até a comunidade, divulgamos. Os panfletos que fazemos, por conta de nós, professores, dessa modalidade, de alguns Parlamentares que nos ajudam, e tentamos, todos os anos, manter o curso de EJA. Só que é difícil por quê? Porque o Governo, em si, em várias gestões, não tem o olhar, sobre a EJA, necessário. A última vez em que fizemos um levantamento, nós conseguimos atingir apenas 25% da demanda.

Então, a demanda ainda é muito grande pela EJA, e vemos o quê? Vemos o fechamento de salas. Agora, nesta pandemia, estamos vendo uma dificuldade muito maior, e que é a questão do acesso. Escancarou a questão do acesso à escola, acesso às redes, porque os nossos alunos não têm a internet, não têm computador, não têm um *laptop*. Então, isso dificulta o acesso. E nós estamos tentando, todos os anos, melhorar esse acesso e a pandemia veio, neste momento, e mostrou o quanto nós, Professores da EJA e os alunos da EJA, somos esquecidos. Então, precisaríamos ter um olhar melhor para essa modalidade. São pessoas que não conseguiram estudar, porque nós sabemos da questão social: muitos precisaram trabalhar muito cedo - outros vieram de outros Estados para cá em busca de uma vida melhor -, e eles têm o direito, enquanto munícipes de participar, de estudar, de poderem ter até uma questão de melhoria em sua vida social e em seu emprego através do estudo. E nós vemos essa dificuldade. E esta pandemia tem criado muitas dificuldades de acesso às

plataformas criadas pelo Governo.

Então, precisaríamos de um olhar melhor; uma facilidade de fazer a matrícula; uma divulgação das vagas nas mídias, nas rádios, na TV, nos ônibus. Nós precisamos disso. Então, nós vemos todos os anos o quê? Vemos Professores da EJA saindo a campo e fazendo o papel, porque, se não fizermos isso, nós não conseguimos manter a EJA.

Então, é preciso termos um olhar melhor e também, agora, neste momento em que vivemos, precisamos fornecer os *tablets* para os nossos alunos. Nós sabemos que, provavelmente, não vai ocorrer. Os *tablets* serão para os outros alunos e não para os alunos do EJA. Então precisamos rever isso e também ampliar a questão do acesso à internet. Fornecer internet para que eles possam nesse momento ter um trabalho, um estudo remoto garantido.

Então precisamos ter este olhar, porque todos os anos, sou aqui de Santo Amaro, e nós aqui em Santo Amaro vivenciamos, desde 2008, o fechamento das nossas escolas. Fecharam 80% das nossas escolas que tinham EJA, alegando que não poderiam garantir um equipamento. A escola é olhada como um equipamento e o aluno olhado como um número, uma estimativa, não como um ser humano, não como um munícipe pagador de imposto, apenas como um número e a escola como um equipamento. Ah, não têm tantos alunos, tantas salas.

Então precisamos olhar mesmo para a EJA, ampliar as escolas que contém, que garantem a EJA, divulgar essas vagas e fornecer condições para que possam acessar agora remotamente as aulas.

A princípio, Vereador Celso Giannazi, é isso. E podemos discutir sobre isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Paulo, você falou muito bem dessa iniciativa que vocês têm, os educadores, de fazer essa busca ativa na comunidade para que venham até a escola fazer a matrícula, é importante isso. Esse trabalho é que tem trazido muitos jovens e adultos para dentro das escolas. E precisamos muito que isso seja

institucionalizado, a Prefeitura e o Estado façam isso de um modo institucional, formal, para que as pessoas possam ter acesso à Educação.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO DE MORAES – É isso, Vereador Celso, e eu sou da EMEF Deputado João Sussumu Hirata e, em 2008, não fechou por essa iniciativa. Alguns parlamentares, o Carlos, na época, nos ajudou e fomos às ruas, fomos às feiras, na porta das fábricas, aqui têm algumas fábricas, têm mercados, e conseguimos que não fosse fechada a nossa Escola, porque a princípio era para ser fechada. Então estamos nessa luta há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Paulo. Registro a presença do Sr. Vittor Paglioriti Mensinger, da Assessoria Parlamentar da Secretaria Municipal de Educação. Obrigado pela presença.

Como disse, nós na Câmara Municipal, desde 2019, criamos o Conselho de Educandos e Educadores da EJA fazendo essa discussão, tivemos muitas plenárias aqui dentro da Câmara Municipal e plenárias regionalizadas. E dentro do Conselho da EJA temos muitos participantes e gostaria de chamar alguns dos participantes para falar dessa experiência como educadores que conhecem muito a realidade das nossas escolas.

Então chamo a Educadora Luciene Cavalcante, Supervisora da Rede Escolar, Educadora, Advogada, que tem essa vivência, conhece muito da Educação Pública na cidade de São Paulo, da EJA e ensino regular também. Tem a palavra.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Boa tarde a todos, a todas, é um prazer estar aqui hoje fazendo essa discussão tão importante. Quero agradecer muito o espaço, a oportunidade, agradecer muito o Vereador Celso Giannazi, que sempre esteve lutando junto com a EJA, em defesa da EJA e também agradecer a participação do Vereador Eli Corrêa.

Sou Luciene, sou Supervisora da Rede, estou em greve em defesa da vida há mais de 80 dias. Faço parte do Conselho da EJA e hoje viemos falar aqui de uma situação em que estamos correndo o risco de ter um verdadeiro apagão da EJA. A situação é muito grave, muito séria, estou muito feliz de o Ministério Público estar ouvindo, estar aqui. Espero que o que for

falado e discutido aqui na nossa reunião possa ser enviado, as notas desta reunião para o Ministério Público como um pedido urgente de ajuda, de socorro. É muito sério o que está acontecendo.

No ano passado tivemos uma situação que foi resolvida e encaminhada através da Instrução Normativa 19, com relação à periodicidade da EJA, que passou de semestral para anual. Já estamos agora em maio, há um pedido, há uma necessidade, uma pressão da Secretaria Municipal de Educação para poder fechar esse bimestre; e, até agora, os educadores, os educandos, da EJA, não foram chamados para dialogar sobre a situação da pandemia nas escolas, sobretudo na EJA, e as escolas não sabem se será mantido o calendário anual, ou semestral, como fica a questão da EJA modular, todas essas questões? Então é muito importante o posicionamento da representante da Secretaria sobre isso, porque já estamos em maio e não sabemos como ficará a organização do ano letivo da EJA.

E fico muito feliz de estarem presentes representantes de outras Secretarias, além da Secretaria de Educação, porque a questão da Educação de Jovens e Adultos precisa ser encarada de modo intersecretarial, já que envolve toda uma especificidade.

Este ano, as escolas da EJA tiveram que ser fechadas devido à pandemia e, em nenhum momento, foram chamadas para voltar às aulas presenciais. Agora, as escolas estão sendo fechadas às 19h e o aluno de EJA, que é trabalhador, não tem condição de fazer a matrícula nem de pegar o material porque as escolas estão fechadas no período noturno.

Na nossa opinião, deveriam fechar as escolas o dia todo, mas eles impuseram essa situação que, mais uma vez, vem prejudicando muitos alunos, porque agora a SME quer que seja considerado falta do aluno sendo que as escolas não têm condições de fazer a busca ativa de todos os alunos, alguns dos alunos não têm acesso à internet, aos computadores, então como eles conversam com os professores? O professor, por conta própria, com o seu dinheiro, através do seu celular, fica conversando com o aluno por mensagem de Whatsapp, que é o único equipamento que chega à periferia, que chega a todos os lugares.

Então, a SME precisa flexibilizar e reconhecer todo esse trabalho que tem sido feito

através do Whatsapp, já que os alunos não conseguem acessar o sistema Classroom. Por isso, eles não podem ser desconsiderados, nem negligenciados por conta disso.

Toda essa questão de justificativa de faltas tem de ser apresentada em até dias, porque temos uma política de Censo que não foi pensada na pandemia. Então, precisamos discutir um plano específico para essa situação da EJA na pandemia, para que os estudantes tenham acesso à educação, de fato.

Isso também contempla as Secretarias de Assistência Social e do Trabalho, porque o empregador que tem um empregado estudante tem que ter políticas específicas voltadas para ele, especialmente durante a pandemia.

Portanto, precisamos saber se a SME já sabe como vai ficar tudo isso. Depois, é fundamental chamar os coordenadores, os professores de EJA para poder conversar. Além disso, incluir o Whatsapp como forma de registrar presença do aluno, de forma oficial, porque isso beneficiará milhares de estudantes. Também precisamos de um plano emergencial para a EJA, com turmas reduzidas durante a pandemia. Assim, quando for possível, poderemos recuperar essas aprendizagens com qualidade. Para isso, precisamos de um planejamento para agora e pós pandemia. Não é fechando turmas, como tem acontecido, nem com salas superlotadas, que vamos garantir os direitos das pessoas à educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado, Sra. Luciene Cavalcante, que nos coloca essa preocupação, essa realidade que estamos vendo, que vamos encaminhar ao final da Comissão no sentido de buscar da SME, do próprio Sr. Prefeito, uma resposta a essas perguntas, porque tudo isso é muito grave na Educação de Jovens e Adultos.

Gostaria de chamar para fazer uma saudação o Deputado Estadual Carlos Giannazi, que é membro titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa há mais de dez anos. É um educador aqui da cidade de São Paulo há mais de 30 anos. E ele está nessa luta também para não ter esse fechamento das escolas públicas, para que tenha aumento das escolas da EJA. Então na luta também, e fazendo esse debate sobre as escolas

de tempo integral no estado – PEI –, que, como consequência, traz o fechamento das turmas da EJA.

Está ouvindo, Deputado Carlos Giannazi? (Pausa) Acho que caiu. Caiu, porque ele está se locomovendo. Ele iria fazer uma saudação. Depois, na volta, nós o colocamos na sequência.

Também faz parte do conselho da EJA da Câmara Municipal, fazendo esse debate, conhece muito da educação, o Prof. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA – Boa tarde, Vereador Celso Giannazi, a todos e a todas.

Eu sou o professor João Batista. Sou professor na regional de Santo Amaro. Gostaria de ressaltar algumas coisas que já foram mencionadas também pelo Prof. Paulo e pela Luciene.

Nós abemos o prejuízo da educação diante da pandemia – toda a educação da educação básica na rede municipal. Mas a EJA, como parte mais frágil, acaba sofrendo mais. E *mais frágil* eu digo porque o público atendido pela educação de jovens e adultos normalmente são os trabalhadores mais exploradores, mais pobres, que não tiveram oportunidade para estudar no período da adolescência e da infância. E com isso a gente tem uma pressão do governo para ir fechando as escolas e as salas.

O Paulo colocou da importância da chamada pública da Prefeitura, porque a gente não consegue atender a demanda de educação que a nossa cidade tem para jovens e adultos. Mas nós vamos além. Como a Luciene já citou: as políticas públicas de acesso e permanência para a educação de jovens e adultos são fundamentais. E se pensar no conjunto, uma política intersecretarial. A omissão do governo, tanto na questão de criação de políticas públicas, como essa demora por calendário, a falta de chamada pública. E jogando isso nas costas dos trabalhadores que vão ali aos sábados e domingos. Os mesmos educadores que estão em greve há quase três meses e não conseguem ter as reivindicações atendidas. E reivindicações também cobradas pela comunidade escolar. Esses mesmos educadores que tiveram o seu adicional noturno cortado. Então vemos uma política intencional do governo para dizer, no final

das contas: “Olha, não há demanda, nós vamos fechar a escola”, para economizar dinheiro às custas da educação de jovens e adultos, que para nós é algo fundamental no combate não só ao analfabetismo, mas, enfim, ao avanço da educação na cidade de São Paulo.

Para reforçar aqui uma fala que também foi da Luciene, quanto à Instrução Normativa n. 12, que dá como instrumento legal o Google Classroom, para que se registre a presença dos estudantes, vai se transformar em mais uma ferramenta para alegar que nós não temos mais demanda, para que se enxugue ainda mais as salas.

Eu acho que nós temos que garantir a expansão desses direitos, a expansão de políticas públicas, para que possamos, enfim, avançar, não somente a reivindicação do Whatsapp como instrumento oficial, mas reivindicar a autonomia dos conselhos de escola, para que possam deliberar sobre quais são as melhores ferramentas para que se mantenham pelo menos o diálogo diante da impossibilidade do contato dentro da pandemia.

Bom, eu acho que era isso. Muito obrigado, Vereador Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Prof. João.

A gente acompanha a sua luta. O Prof. João tem feito esse trabalho. E tem essa preocupação com os nossos jovens e adultos, pois o que não têm acesso a essa tecnologia vai ficar excluído. E essa é uma preocupação real nossa de que seja usado esse argumento de que não há demanda, então não há abertura de salas para a educação de jovens e adultos. E isso é uma preocupação muito grande de nós todos que estamos aqui, educadores e educandos, nesta audiência pública. Muito obrigado.

Deixe-me passar aqui também para uma participante do conselho de educação da EJA. A Sra. Catia. Ela está na sala? (Pausa) Não está. Voltamos, depois, com a Catia. Professor Alexandre, que conhece muito a realidade da EJA na cidade de São Paulo, Professor da EMEI Mário Lago. (Pausa) Não está na sala.

Deixe-me passar para o Ricardo Rodrigues Pinto, da EMEF João Pinheiro.

O SR. RICARDO RODRIGUES PINTO – Oi, estou aqui. Realmente, o que vocês falaram é verdade, o que foi dito até agora. Há uma grande dificuldade de acesso, de entender

como funcionam essas tecnologias para a educação. A gente está falando de um público que já tinha dificuldade de acesso à tecnologia para se empregar e para se colocar no mercado de trabalho e, agora, foi pego de surpresa com essa nova forma de educação.

Então, eu acho que deveria ser feito um movimento para dotar essas pessoas com sinal de *wi-fi*, de internet, de tablets, enfim, fazer uma política porque a gente não pode deixar a EJA ao deus dará sem uma política que se preocupe em melhorar esse acesso e dotá-los de capacidade para aprender, mesmo nesse ensino novo, o ensino híbrido.

A questão de ter uma chamada municipal para o ensino de EJA é muito importante, porque muita gente não sabe que existe essa educação de jovens e adultos, que são pessoas que precisam ser alfabetizadas e se colocar como cidadãos. Acho que a chamada deveria ser colocada no horário nobre da televisão para que houvesse essa procura maior dessas pessoas que precisam acessar o mundo do letramento, para se tornarem verdadeiros cidadãos.

A minha palavra é essa. Os Professores também foram pegos de surpresa por conta de tudo isso que aconteceu. Também estamos aprendendo sobre isso, mas estamos lidando com um pessoal que têm muito mais dificuldades do que a gente para lidar com essas tecnologias.

É preciso ouvir essas pessoas. Ir ao encontro delas, sim.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – É isso, Professor Ricardo. As pessoas têm dificuldade de acesso à tecnologia como um todo, mas também tem uma questão que é a do território que essas pessoas estão, que não têm acesso à internet, são desprovidas de acesso à internet em seus territórios. Muitos desses alunos da EJA em seus territórios não têm sinal de celular. Então, é preciso ter outros meios para aferir essa presença, como a Professora Luciene falou no começo, com outras formas de aferir, não só do Classroom. É importante o que você falou. Obrigado, Professor Ricardo.

O SR. RICARDO RODRIGUES PINTO – Valeu, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Vou passar para a Professora Carolina Lemos.

A SRA. CAROLINA LEMOS ROLAND – Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Carolina Roland. Sou Professora na Prefeitura de São Paulo há 11 anos, com 15 anos de sala de aula de EJA. Venho falar pelo Fórum de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo Capital.

As educadoras levantaram alguns pontos, tais como: transparência no contrato dos tablets, a questão do acesso à internet dos educandos e educandas nesse período de pandemia, a dificuldade de acesso ao Google Classroom, como todos já falaram, aos alunos alfabetizando – eles estão sendo alfabetizados pelo Whatsapp, invariavelmente, com muita dificuldade de acessar o Google Classroom, quanto a falta de acesso à internet, quanto à compreensão do sistema.

Outra questão muito importante que foi levantada é a aprovação automática. Eu como Professora da Prefeitura, trabalhei com jovens, crianças, a questão da aprovação automática para que não haja um descolamento idade-série. Eles têm um atendimento no contraturno que é excelente. Eu já trabalhei com isso. Essa é uma política pública muito importante, mas na EJA é um complicador. Está sendo muito complicado na pandemia. Tem aluno no CIEJA que estava na alfabetização e foi aprovado automaticamente e, agora, está no módulo III. Esse aluno vai evadir. Que aluno quer se formar, sendo que estava na alfabetização e foi pelo sistema sendo aprovado? Ele vai evadir e dificilmente ele irá voltar. Então, esses alunos são uma preocupação muito grande porque, pelo sistema, você não pode voltar o aluno. É uma coisa que tem que ser pensada urgentemente para que essas pessoas continuem com seu atendimento e não levadas por problemas de política pública da Prefeitura de São Paulo.

Outra coisa levantada foi a questão da EaD na EJA. A EaD é uma coisa presente, ela é o futuro da Educação, não só no Brasil como no mundo inteiro, mas não pode ser justificativa de cortes, transformar alunos de EJA em alunos EaD porque a Educação é presencial, ela se dá na presença. Existem muitas coisas que você pode fazer com o EaD, muitas coisas você pode compartilhar com os alunos de forma eletrônica, mas a EJA não pode se transformar em EaD na cidade de São Paulo.

Outra preocupação é que esses alunos evadidos sejam capturados pela iniciativa privada. Existem muitas escolas que por alguns reais te dão um diploma. Esses alunos que estão com dificuldade de acesso e de permanência na Educação, eles têm que ser cuidados, eles têm que ser olhados, eles têm que ser recebidos pela Prefeitura porque, se não, a iniciativa privada, inclusive, vai recebê-los muito feliz.

Então, essas são as nossas preocupações enquanto Fórum EJA da capital de São Paulo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Carolina, pela sua participação, pela contribuição que trouxe para a gente. Vamos tentar soluções para isso, para que acolham os alunos da EJA, os jovens e adultos da cidade de São Paulo.

Voltou, reconectou o sinal da Catia. Ela não tinha conseguido abrir o microfone. Catia voltou? Está na sala?

A SRA. CATIA IGLESIAS – Oi, Celso.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Boa noite, agora sim. Agora dá para ouvir.

A SRA. CATIA IGLESIAS – Agora, sim. Boa noite a todos, a todas. Primeiramente, agradeço o espaço. Eu faço parte do Conselho da EJA. Venho aqui endossar o que os colegas já falaram, as dificuldades da EJA, principalmente no contexto da pandemia quando agravou muito à questão da desigualdade, do acesso. E é muito difícil, como professora, ver o estudante com vontade de estudar, mas com dificuldade imensa de acessar a plataforma imposta, a Classroom.

Muitas vezes nos enviam áudios de Whatsapp pedindo auxílio, pedindo ajuda, relatando sentimentos de abandono. Então, não existe falta de vontade, existe sim a sensação de que o poder público os abandonou. Inclusive, não desconsiderando essa ferramenta, o Whatsapp, que é tão importante para a gente.

Só para concluir, são trabalhadores na luta de todo dia, e eu faço um apelo para que o direito à Educação desses jovens e adultos seja respeitado, seja garantido. Todas as

peessoas que estão aqui, neste momento. para discutir, para pensar políticas públicas, apelo no sentido de que esse direito seja garantido porque é muito difícil a realidade da EJA, que é de completo abandono.

Essa questão que foi colocada do apontamento, por exemplo, o aluno que não me entregar as atividades via Classroom, que é a plataforma oficial, automaticamente vai ficar com falta e vai ser entendido como desistente do sistema. Ou seja, é um absurdo ele não ter conseguido o acesso e ser visto como desistente. Isso, para nós, é revoltante, vai causar – como a Luciane falou – um apagão na EJA da cidade de São Paulo. Precisamos que alguma coisa seja feita.

Então, é isso, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Catia. Você sempre participando do Conselho da EJA, e você traz a questão do censo, que é muito importante para que tenhamos continuidade da EJA na cidade de São Paulo. Obrigado pela sua participação.

Deixe-me passar a palavra, está entrando na audiência o Deputado Carlos Giannazi, que como eu disse, é membro titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, há mais de dez anos. Tem feito essa luta em defesa da EJA no Estado de São Paulo, inclusive está agora em luta contra o PEI. Ele pode falar um pouquinho para a gente, fazer uma saudação, porque o PEI, que o Governo do Estado, está criando dificuldade, acaba com as escolas em horário noturno, que é o horário da EJA na cidade de São Paulo, que é mais um problema, mais um dificultador para que os jovens e adultos tenham acesso à Educação.

Deputado Carlos Giannazi, com você a palavra.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Boa noite, Vereador Celso Giannazi, boa noite a todos e a todas, educadores e educadoras, comunidade escolar, Vereadores presentes. Vejo o Vereador Eli Corrêa. Não consigo ter uma visão geral de todos, estou no celular e no carro. Não consigo ver todos os participantes, mas vejo o Ministério Público, o Dr. Daniel Serra Azul.

Celso, estou aqui na região do Campo Limpo, Capão Redondo. Passei a tarde toda

conversando com as comunidades escolares que estão sendo indicadas para aderir a esse programa de educação integral, chama Programa de Ensino Integral – PEI, e tem uma crise.

Estou aqui - Campo Limpo, Jardim Ângela, Capão Redondo, na fronteira com Itapeverica da Serra -, acabei de sair de mais uma comunidade escolar, da Escola Jardim São Bento, que está desativada; a escola inteira foi desativada, não foi reformada, não foi reconstruída e os alunos estão espalhados em outras escolas, superlotando as outras escolas da região.

Uma delas que recebe esses alunos provisoriamente... Eu estou sendo legal com o Estado, porque a escola está desativada desde agosto do ano passado e até agora a FDE não fez a reforma, não tomou providências. O fato é que as escolas estão fazendo rodízio de alunos na região por causa da falta de reforma ou reconstrução dessa escola.

Uma dessas escolas, que é a Escola Estadual Giannuzi, está sendo indicada para ser PEI. Essa escola tem 750 alunos. Se ela virar PEI, ela que já está superlotada e recebendo ainda os alunos de outra escola, ela só vai atender metade desses alunos, no máximo 300 ou 350 alunos. Esses alunos, os que ficam de fora... Por isso que nós estamos dizendo que em muitas regiões é um projeto excludente, porque exclui uma boa parte da comunidade escolar.

E fecha noturno, que aí tem a ver com o debate que vocês estão fazendo de EJA, que EJA é à noite, e isso prejudica todo o atendimento da demanda escolar e afeta inclusive as escolas da Prefeitura também. E EJA de ensino médio, por exemplo, quem atende é o Estado. Se a escola virar PEI ela não vai atender mais no curso noturno, então não recebe mais os alunos da rede municipal. Os alunos precisam continuar os seus estudos em toda a educação básica. Eles terminam o ensino fundamental na Prefeitura e ingressam normalmente em EJA do ensino médio nas escolas da rede estadual. Só que com esses projetos, não só esse, tem também escola cívico militar, que é um projeto excludente, e eles são indicados nas regiões do Estado de São Paulo.

Estou acompanhando essa crise... (Falha na transmissão.) ...Comissão de Educação, Celso, que você solicitou porque é importante defender essa modalidade tão

importante de educação que é a EJA, que tem garantia constitucional, na Constituição Federal de 1988, na LDB, no Plano Nacional de Educação, no Plano Estadual aqui em São Paulo, no Plano Municipal. Nós temos que garantir que os alunos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria possam acessar agora.

Nós estamos preocupados, porque durante a pandemia esse setor, essa modalidade de ensino ficou totalmente abandonada. Não há política para recepcionar, para incluir esses alunos e esses profissionais da educação. Então a audiência pública é muito importante para dar visibilidade a essa questão, para denunciar, mas sobretudo para cobrar das secretarias de educação medidas efetivas para garantir o acesso de todos os alunos à educação de jovens, adultos, adolescentes, que é um direito – repito – garantido pela Constituição Federal.

E também nós vamos continuar a nossa luta contra a implantação autoritária desse modelo de escola que parece interessante, mas é altamente excludente. Por isso que ele está sendo rejeitado por muitas comunidades escolares, porque ele exclui uma boa parte dos alunos, ele potencializa a exclusão escolar.

Mas parabéns pela mobilização de vocês. Eu estou indo para outra atividade em uma escola e não vou conseguir ficar mais, mas depois eu vou assistir com certeza a audiência de vocês. Muito obrigado e parabéns pela luta e pela mobilização em defesa da educação de jovens e adultos da cidade de São Paulo, que foi uma conquista histórica do Governo Erundina, Paulo Freire, Mário Sérgio Cortella.

Eu sou diretor de escola municipal e sempre lecionei. Eu entrei na rede municipal em 1985 como professor e depois que a Erundina assumiu a Prefeitura eu sempre trabalhei em EJA, dei aula de história e EJA. Depois como diretor de escola também, minha escola Miguel Vieira Ferreira na Cidade Dutra tem EJA até hoje.

Mas sempre a Educação de Jovens e Adultos foi atacada, sempre tentaram reduzir o número de salas, fecharam cursos, dificultam a abertura dizendo que não tem demanda. Esse é um ataque histórico dos setores da Prefeitura de São Paulo, essa tentativa de fechar é

um ataque histórico de setores da Prefeitura de São Paulo. A audiência de vocês é importante porque dá visibilidade e organiza a luta para defender uma modalidade de ensino muito importante na cidade de São Paulo.

Um abraço para vocês. Muito obrigado. Desculpem a pressa.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado, Deputado Carlos Giannazi, que faz a luta em defesa da educação. Participa de todos os movimentos do Conselho da EJA, como das reuniões da Câmara Municipal, como das regionalizadas, em Santo Amaro, zona Norte, zona Leste. Obrigado pela sua participação e pela luta em defesa da educação.

Convido para fazer uma fala, também participante do Conselho da EJA, o Professor Marcio Vidal, que conhece a realidade das nossas escolas.

O SR. MARCIO VIDAL - Boa noite a todas e todos, Vereador Celso Giannazi, aos Vereadores presentes, o Ministério Público, professores e as Secretarias, quero aproveitar para fazer uma denúncia grave do que ocorre na alfabetização, porque a EJA tem sido atacada sistematicamente.

Nas EMEFs não existem mais turmas de alfabetização, que é o primeiro ano, porque ele foi delegado ao Mova, que são os movimentos de alfabetização.

Os professores e demais profissionais do Mova não fazem parte da vacinação, não foram incluídos no programa. Houve uma tentativa de fechamento que o próprio Vereador Celso Giannazi, no ano passado entrou e enfrentou, assim como neste ano, para que o Mova sobrevivesse, porque senão ele estaria não só extinto, como toda a alfabetização do Município de São Paulo. Isso é muito grave, porque não há uma política séria com a alfabetização.

Em muitas reuniões que nós participamos com diversas DREs, junto com os movimentos de base de professores, os dirigentes dizem que a prioridade do Governo é o ensino infantil, só que a mão de obra que querem dos adultos não querem pessoas com educação de qualidade. Eles esquecem que o ensino infantil inclui alfabetização que, no primeiro ano, também tem adultos.

Se a gente pensar no seriamento de primeiro, segundo ano, se fosse sério, a alfabetização de adultos deveria ser prioridade. A gente não pode conviver no Município de São Paulo com mais de 280 mil pessoas que não são alfabetizadas. Esse é um dado real.

A Prefeitura é diretamente responsável por isso, porque quando ela fecha as salas de alfabetização das EMEFs, impedindo que o Mova funcione da maneira correta, tentando fechar de modo precário, porque as pessoas são voluntárias.

Para quem não conhece a política do Mova, peço que o Vereador Celso Giannazi possa explicar para as pessoas, mas quem trabalha ali é de maneira voluntária. Não há instituição de ensino, não há regulamento. Os alunos vão para as EMEFs a partir do segundo ou terceiro ano.

Ao falar da forma *on-line*, pergunto como se alfabetiza alguém pelo Whatsapp? Eu gostaria que se tiver alguém da Secretaria da Educação, que pudesse dar essa explicação do modo mais simples possível, para que eu possa entender. Como se alfabetiza alguém pelo Classroom? Como?

É preciso pensar a EJA com muito cuidado, seriedade e comprometimento.

Como o Professor Carlos Giannazi, que acabou de falar, os ataques são históricos. Eu dei aula na EJA durante muito tempo. A cada semestre é uma luta dos professores contra as DREs, para que não fechem as salas. A primeira ação da DRE é fechar as salas, não importa a realidade da escola.

Uma coisa muito importante para a manutenção da EJA é abrir as salas, mesmo na pandemia, que se releve o número absurdo de ter de obter 30 alunos para abrir uma turma.

O modo *on-line* também precisa ser repensado, reduzir para no máximo 15 alunos como condição para abrir sala de aula. Não dá para abrir uma turma com 30 alunos, no modo *online*.

Quero deixar registrada a minha indignação. Sou professor da rede municipal e sou professor da rede estadual. Também dei aula na EJA estadual.

É isso. Obrigado ao Vereador pela oportunidade e ao Conselho da EJA.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Prof. Marcio Vidal. De fato, nós tivemos, no ano passado, na cidade de São Paulo, um ataque ao Mova e em algum momento a Prefeitura cortou os salários. Eles são conveniados. São educadores sociais. É por meio de convênio que desenvolvem esse trabalho na cidade de São Paulo, essa atividade do trabalho da cidade de São Paulo. Nós tivemos de fazer um movimento dentro da Câmara Municipal para aprovar um texto revalidando os convênios, porque a Prefeitura deixou de pagar os salários dos educadores do Mova. Então, foi um ataque que ocorreu na cidade de São Paulo.

Deixem-me chamar, para fazer uma contribuição, uma professora que também faz parte do Conselho da EJA, Prof. Claudia Martinho.

A SRA. CLAUDIA MARTINHO – Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Boa noite, Prof. Claudia.

A SRA. CLAUDIA MARTINHO – Boa noite a todos e a todas. O que eu quero só argumentar, aqui, é com relação ao fechamento das turmas e ao desrespeito que é dado para a questão da EJA. Por exemplo, aqui, na minha região, de Parelheiros, só é um dos exemplos. Nós temos, aqui, o CIEJA Parelheiros, que tem aproximadamente mil alunos na lista de espera. Em contrapartida, a Prefeitura fechou, por exemplo, a EJA das escolas Eliza Rachel e Florestan Fernandes. O Estado fechou, também, as escolas ao lado. Então, é só para vocês entenderem como é que está sendo esse ataque, o fechamento e o desrespeito com a questão da EJA.

O interessante é isto: se o problema educacional, de que eles falam, é a questão do número de alunos por sala de aula, pelo menos, aqui, em plena pandemia, é um absurdo isso estar acontecendo, porque estão aproveitando que os alunos estão fora por várias razões e vão fechar. Porém, esses alunos vão voltar. Onde serão colocados? Houve um movimento que nós fizemos, aqui, por exemplo, na Eliza Rachel. Foi feita a busca ativa e foi comprovada a quantidade de alunos para abrir as turmas. Em nenhum momento, foi respeitado isso. Não foi respeitado o apelo da comunidade, o apelo dos alunos, para ter essa continuidade, por exemplo, nessas escolas.

Assim, tem de ser revisto isso. É impossível uma escola ter mil pessoas na lista de espera, sendo que, ao lado, nós temos diversas escolas com salas ociosas à noite. Então, nós temos de mudar esse quadro, até para atender esses alunos, esses educandos, porque eles são trabalhadores. Eles têm de ter o estudo e isso é garantido pela Constituição Federal. Nós estamos aí. Este é um dos exemplos, mas nós temos diversos.

Isso acaba acarretando, inclusive, a diminuição de alunos e do acesso desses alunos ao Ensino Médio, que acaba fechando cada vez mais turmas – e eles continuam falando que é por conta da demanda. Só quero lembrar que, se o problema é a demanda, pois eles colocam, por exemplo, em uma lista, 50 alunos, é simples: reduzam. Nós estamos em época de pandemia. Têm de se reduzir as turmas para turmas com 25 ou 30 alunos. Se o problema é a questão da demanda, tem de se reduzir o número de alunos por sala de aula, principalmente agora, nesta época de pandemia. Não se têm de colocar 50 alunos na sala de aula. Inclusive, eles já falam: nós vamos colocar 50 na lista, porque vai haver desistência. Não, nós temos de colocar 30 alunos, para que os professores possam fazer um trabalho melhor e dar toda a sua atenção, de forma que os alunos se sintam cada vez mais acolhidos nessas escolas.

Só quero pontuar isso e lembrar o seguinte: essa questão da liberdade de cátedra tem de ser priorizada, inclusive, quando o professor consegue, em outros equipamentos, como o Whatsapp, fazer com que os alunos trabalhem, e não, simplesmente, pelo Classroom, que lhe é dado.

Então, é mais ou menos isso. Só queria pontuar esse como exemplo, mas há diversos na cidade. E para que reduzamos o número de alunos por sala de aula.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Professora Claudia. Você falou do CIEJA Parelheiros, é fato, há uma demanda muito grande naquela região e as escolas ao redor do CIEJA Parelheiros, que não tem capacidade de suportar essa demanda, deveriam ser abertas para acolher os nossos alunos e não são. Por isso há esse movimento, esse debate,

essa luta para abertura das outras escolas daquela região e da construção de um segundo CIEJA lá, porque a demanda é muito grande. Há muitos jovens e adultos querendo estudar naquela região.

Obrigado, Professora Claudia.

Deixe-me chamar para dar a sua contribuição a Sra. Meg Artacho, do Coletivo Paulo Freire. No Coletivo Paulo Freire se discute muito a questão da EJA, do Mova, fazem um debate muito intenso. Está na sala? (Pausa) Se ela voltar, volto a chamá-la.

Acabaram-se as inscrições do *chat*, então passo a palavra aos representantes da Secretaria Municipal de Educação, Thais ou Gilmar.

A SRA. THAIS CRISTIANE PADILHA - Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Boa noite, Thais.

A SRA. THAIS CRISTIANE PADILHA - Primeiro, gostaria de dizer que, para mim, é muito importante participar desta audiência, ouvir todos. Estou aqui para isso mesmo, para poder ouvi-los.

Temos consciência da pandemia e do momento que todos nós estamos passando, a Educação, em especial a Educação de Jovens e Adultos e que todos os encaminhamentos já conhecidos e os que foram levantados nesta audiência serão encaminhados aos setores responsáveis. Estamos trabalhando ainda na reorganização do calendário devido às interrupções dos dias letivos, como feriados antecipados, recessos. Por isso ainda estamos nesse processo. Estamos enfrentando também o toque de recolher, o que faz com que as escolas que atendem a Educação de Jovens e Adultos fiquem abertas apenas até as 19h.

Existe chamamento, via rede sociais, para matrículas desses estudantes. Entendemos que, para além da matrícula, temos que fortalecer para garantir a permanência desses estudantes na escola, evitando a evasão, a retenção. Fazemos esse trabalho com as Diretorias de Ensino, que faz esse trabalho com os Coordenadores Pedagógicos e com os Professores. Estamos trabalhando na questão do calendário, que foi abordada.

Com relação aos registros, há os registros oficiais da Secretaria que são o Google Sala de Aula, o SGP e o Diário de Classe. Há também o memorando nº 4 da Coped que traz a questão de que não pode ser apontada frequência para o estudante se ele não está dentro da escola, mas trazemos as propostas de atendimento presencial, remoto e de atividades impressas que serão utilizadas, consideradas para poder apontar a frequência desses estudantes.

Gostaria de compartilhar isso com vocês e dizer que é importante para mim estar aqui hoje ouvindo todos para que possamos fortalecer o nosso trabalho, olhar para todos os pontos colocados aqui e fazer os encaminhamentos.

Eu, Thais, enquanto representante da Divisão, digo que trabalhamos incessantemente enfrentando todos esses desafios impostos pela pandemia. Sabemos que os *tablets* estão sendo enviados para a escola, estão sendo entregues e o objetivo é que eles cheguem para os estudantes que tiveram mais dificuldades de acesso durante esse período ou que tiveram dificuldade de aprendizagem, e fortalecer a questão da recuperação da aprendizagem com esses estudantes que ficaram esse período fora, com atendimento remoto, sem o atendimento presencial.

Continuamos trabalhando incessantemente, e foi muito importante ouvir tudo o que foi colocado nesta audiência pública para que possamos continuar olhando, trabalhando e fazendo todos os encaminhamentos necessários.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Thais. Temos essa preocupação que, de fato, ocorre, que os educadores e educadoras falaram aqui, é dessa preocupação do chão da escola mesmo, que estão vivendo, desse abandono da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura de São Paulo, quando nesse momento da pandemia, já era anteriormente, mas como eu disse, nesse momento da pandemia ficou mais difícil e temos de criar alguns métodos para que esse aluno de EJA seja alcançado, seja acolhido, e possa ter, de fato, a continuidade dos seus ensinamentos. O Censo, que foi colocado aqui, temos essa

preocupação. Então, esses encaminhamentos como falam os participantes dessa audiência pública, é muito importante que a Secretaria Municipal de Educação dê respostas efetivas a esses questionamentos. Mas, obrigado, pela participação, Thais.

Tem a palavra o Sr. Luiz Carlos Lopes, representante da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

O SR. LUIZ CARLOS LOPES – Boa noite. Essa questão da busca ativa, de fato, ela é bastante importante para o nosso segmento porque os dados que nós temos é de que existem 1.130, mais antigos ainda, do outro Censo, 1.130 alunos acima de 18 anos, na rede municipal, alunos com deficiência, sendo que só 748 estão formalmente matriculados no EJA. Então, há uma diferença muito grande a ser recuperada e, não só a questão do EJA, como eu falei antes, é um problema que atinge todos os alunos com deficiência, muitos deles ainda fora da escola, e como eu repeti, é uma preocupação muito grande com os últimos anos do ensino fundamental porque a transição para o ensino médio, costuma acontecer com muitos problemas, muitas desistências, evasões.

Por outro lado, você tem várias mães de jovens com deficiência que reclamam quando passam para o Estado, a situação consegue piorar, porque você não tem o hábito, você não está próximo, a Secretaria não está tão próxima dos alunos e dos familiares quanto nas regiões... Então, realmente temos de trabalhar em cima disso, junto à Secretaria de Educação.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

O SR. LUIZ CARLOS LOPES – Só completando, realmente, é um desafio que nós teremos de trabalhar juntamente com a Secretaria de Educação e também Assistência, porque, como já foi dito aqui, tem de ter uma resposta intersetorial. Só a Educação não vai dar conta.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Luiz Carlos. Realmente nós fizemos uma audiência pública para tratar das crianças com deficiência, no ensino fundamental. A gente debateu isso e você traz esse número, que é importante debatermos, e tem muitas pessoas, jovens e adultos, alunos com deficiência, que estão fora das escolas e aí

precisa dar todos os meios para que eles possam frequentar a escola, para que possam ter acesso à Educação. Essa é nossa luta, é para isso que nós estamos aqui. Obrigado pela sua participação, Luiz Carlos.

Tem a palavra a representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Turismo, Maria Eugênia Ruiz.

A SRA. MARIA EUGÊNIA RUIZ – Com relação a essa questão, eu acho muito importante o nosso papel como Município, como Prefeitura, pensar nessa questão, não somente dentro do nosso contexto, mas também acho que como qualificação profissional é fundamental até para gerar renda, nesse momento temos de gerar essa renda, e ter essa deficiência que tem os alunos do Google Classroom, acho que dificulta demais, porque isso não gera um engajamento e gera muita evasão. Então, você fica com aquele círculo vicioso que não conseguimos depois resgatar esse aluno. E também quero complementar: como movimentar a economia? Você movimenta a economia a partir do momento em que você qualifica pessoas para o mercado de trabalho. Então, se você qualifica essas pessoas para o mercado de trabalho, você vai fazer circular mais rapidamente isso.

Agora, realmente, esse modelo, precisamos rever, assim como estamos revendo essa questão do modelo híbrido, que apresenta dificuldades, nos cursos aqui da Fundação Paulistana, para que esses alunos possam ter acesso aos cursos profissionalizantes que temos tido. Uma orientação da nossa Secretária para poder proporcionar pelo menos um chip de celular, um chip de telefone para que ele consiga acompanhar essas aulas. Porque, senão, a evasão fica muito ampla, e o custo-benefício também não é suficiente. Então, acho que precisamos rever. A nossa Secretaria está muito atenta a essas questões, e estamos pensando de que forma podemos ajudar dentro da nossa Secretaria ou através da Fundação Paulistana, que cuida da qualificação profissional.

Concordo plenamente. Acho que o EJA é fundamental. Eu já conheci várias, já assisti. Para que não haja evasão desses alunos, temos que correr atrás; porque, como o professor falou, é um pouco de descaso do Governo, e não podemos fazer isso. No momento

atual, em que estamos, já com qualificação é difícil emprego, é difícil uma geração de renda; imaginem sem.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Maria Eugênia, pela sua participação. Passo a palavra para o Dr. Daniel Serra Azul, que, na sua saudação inicial, disse que uma das funções principais do Ministério Público é de fazer oitiva. Então, agradecemos muito ao Ministério Público por fazer esta oitiva, para ouvir as pessoas que têm uma contribuição muito grande a fazer com os temas relacionados à educação, no caso do Geduc. Então, obrigado, Dr. Daniel. Passo a palavra ao senhor.

O SR. DANIEL SERRA AZUL GUIMARÃES – Eu que agradeço pela oportunidade de participar do debate. Ele é muito importante. Nós do Geduc vimos acompanhando essa questão desde alguns anos na esfera estadual. Salvo engano, são três procedimentos instaurados a respeito disso. Na esfera municipal, não me lembro de cabeça se já existe alguma coisa instaurada; não me recordo de ter recebido uma representação recente sobre isso. Mas estamos sempre à disposição para fazer o acompanhamento, a investigação de qualquer suposta ilegalidade na condução da política pública educacional, como essa questão do fechamento, ou de eventual, suposto, possível fechamento. No entanto, temos dados concretos de um histórico de diminuição de vagas de modo geral.

Das coisas mais graves que estão acontecendo atualmente, embora esteja havendo diversos retrocessos sociais nos últimos anos no Brasil, a área da educação tem sido especialmente atingida. Quando falamos de educação de jovens e adultos, estamos falando de um grupo que é sempre esquecido, por mais que devesse ser o grupo prioritário, porque é o grupo que foi negligenciado, é o grupo que foi violado. Se uma pessoa não teve acesso à educação em correspondência à própria idade, na verdade ela foi violada, o Estado agiu no campo da ilicitude e negou-lhe o direito à educação.

Então, esse grupo deveria ser prioritário, mas não é de hoje que esse grupo é esquecido e muitas vezes sabotado, infelizmente. Digo tudo isso em tese, e estamos sempre à disposição para receber denúncias, comunicações de situações em que se entenda que isso

esteja acontecendo, porque esse é, inclusive, um dos aspectos do genocídio da juventude negra que vem ocorrendo no Brasil. A negação do direito de acesso à educação formal é um dos aspectos mais dramáticos da luta para se tentar afirmar os direitos daquele jovem que foi posto no campo da criminalidade, o jovem criminalizado.

Estamos falando de algo muito sério e estamos totalmente abertos ao debate para compreender essa questão na dimensão municipal, porque na estadual nós já vínhamos dialogando há um bom tempo com o Estado.

Então, agradeço a oportunidade de participar do debate e me mantenho à inteira disposição para outros que se façam necessários.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado, Dr. Daniel Serra Azul. De fato, é o que a gente assiste na Cidade, no Estado e no Brasil como um todo. Com a pandemia, a gente vai retroceder alguns anos, tanto na nossa política educacional, como também na questão dos direitos trabalhistas e direitos sociais. Com a pandemia, há um problema muito grave, e se a gente não atuar muito fortemente nesse sentido, essas pessoas que estão sendo afastadas das escolas, os jovens e os adultos, ficarão numa situação de ainda mais vulnerabilidade.

Então, é por isso que a gente faz essa luta e conta muito com a atuação de respeito, com muita competência do Ministério Público, especialmente aqui do Geduc, do Sr. Daniel Serra Azul e do Dr. João Paulo Faustinoni, que têm feito um trabalho brilhante em defesa da cidadã e do cidadão paulistano.

Muito obrigado.

O SR. DANIEL SERRA AZUL GUIMARÃES - Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Há alguém que ficou sem falar? (Pausa) Falo da importância desse debate, de trazer aqui pessoas que tenham vivência das nossas escolas, sejam educadores, educandos, representantes da Secretaria e representantes do Ministério Público, para mostrar a realidade que nós estamos vivendo aqui na nossa educação, nessa modalidade, que é o EJA, que é tão atacado. A gente fala da EJA, mas também fala do Mova, Movimento de Alfabetização dos Adultos, que inclusive ficaram fora do plano de vacinação.

Nós precisamos fazer uma indicação na Câmara Municipal. Acabei fazendo uma indicação e um projeto de lei, incluindo os educadores sociais, que são conveniados com a Prefeitura, para incluí-los na vacinação que está sendo implementada aqui na cidade de São Paulo, para os profissionais da Educação a partir dos 47 anos. A gente está fazendo uma luta muito forte, para que todos os profissionais da Educação sejam vacinados e esse seja um dos requisitos para a volta às aulas presenciais.

Como disse aqui a educadora Luciene, os educadores, os procurada de Educação estão com 87 dias em greve. É uma greve em defesa da vida na cidade de São Paulo. É uma greve sanitária, pedindo a fechamento das escolas. Na rede municipal, há mais de 200 pessoas, 200 profissionais da Educação, entre professoras, professores, diretores e o quadro de apoio que já perderam suas vidas em função da pandemia. É muito grave isso.

Nós estamos à beira de uma terceira onda. Segundo o Secretário Municipal de Saúde da cidade de São Paulo, estamos na iminência de uma terceira onda. É uma situação dramática que nós estamos vivendo. Por isso, a gente tem que pedir e lutar pelo fechamento das escolas. Agora é hora de dar as aulas de forma virtual, dando acesso aos nossos alunos. De alguma forma, a Prefeitura de São Paulo não pode medir esforços para fazer com que chegue à periferia da cidade de São Paulo sinal de celular, para que os jovens tenham acesso. Não adianta comprarem um *tablet* e o aluno não ter acesso, porque não há sinal em sua região. Então, é preciso uma política internacional, uma política séria, para que todos tenham acesso efetivo à educação e, neste momento, possam preservar suas vidas.

Em não havendo mais odores inscitos e nada mais a ser discutido, vou encerrar essa audiência pública. Agradeço a todos que compareceram aqui, as pessoas que nos acompanharam pelas redes sociais, pela TV Câmara aqui e também agradeço os intérpretes de Libras, Srs. Edson e Elisa Guedes, que estão aqui nos dando esse apoio, toda a Assessoria, o Sr. Rafael, a Assessoria da Comissão de Educação e os professores que estão nos assessorando aqui também, Sra. Jaqueline e Srs. Márcio e Cláudia, para que essa audiência pública fosse realizada.

Vamos fazer os encaminhamentos aqui, com os ofícios com a Secretaria Municipal de

Educação. Vamos pedir para que a transcrição dessa audiência pública seja encaminhada ao Sr. Secretário Municipal de Educação e ao Prefeito Bruno Covas, para que joguem luz a todos os problemas que nós discutimos aqui, para que implementemos, de fato, uma política pública voltada - como disse o Dr. Daniel Serra Azul - para as pessoas que foram mais prejudicadas durante toda a sua vida, para que tenham direito ao acesso à educação, mesmo tendo passado a sua idade regular de educação.

Muito obrigado a todos. Boa noite. Bom final de semana. Bom Dia das Mães e se cuidem, todas e todos. Um grande abraço.

Está encerrada a audiência pública.
